

Curso Técnico em Agroecologia e as relações com as entidades da agricultura familiar

O curso Técnico em Agroecologia, de nível Pós-Médio, nasceu através da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo que é o espaço coletivo onde Organizações e Movimentos Sociais constroem referências a partir das suas experiências. No desafio de pensar alternativas de Educação do Campo, a ASSESOAR assumiu o desafio de desenvolver cursos de nível médio e pós médio e ações na escola pública fundamental.

A ASSESOAR assume, juntamente com as Entidades e Movimentos Sociais, a realização da primeira turma em 2003, a segunda turma em 2005 e uma nova turma iniciando em 2009. A etapa preparatória foi realizada no mês de fevereiro e o curso terá duração de dois anos, com 18 etapas presenciais.

O curso tem uma proposta metodológica de formação para os atores sociais do campo que junta a formação profissional com as práticas dos agricultores e agricultoras. Os projetos de vida dos educandos e educandas se articulam a um projeto municipal de desenvolvimento que, por sua vez, se articula ao projeto político da agricultura familiar e camponesa e ao projeto de desenvolvimento do campo. O curso pretende manter e fortalecer o vínculo dos educandos e educandas com as suas Unidades de Produção e Vida Familiar – UPVF¹, contribuindo para a geração de referências, a partir de um novo método para a formação dos jovens do campo, com o objetivo de propor políticas públicas e modificar o ensino público.

Cada educando e cada educanda tem como centro de seus aprendizados a elaboração e a execução de um Projeto de Vida para permanecer no campo, elaborado de forma coletiva com sua família e olhando para as muitas dimensões da vida, fazendo acontecer aquilo que conhecemos com a multidimensionalidade². O Projeto de Vida coloca-se como o articulador de todos os estudos, vivências e trabalhos, inclusive dos trabalhos na UPVF que visam superar a fragmentação do conhecimento. Isso é possível porque todos os conteúdos são abordados de forma integrada, deixando para trás as disciplinas, que promovem a fragmentação, isto é, a divisão dos conteúdos estudados em

1 UPVF – Unidade de Produção e Vida Familiar é a forma como é denominada a terra na sua relação com os agricultores familiares e camponeses. A denominação foi adotada porque agricultores familiares e camponeses tem sua terra como lugar de vida e de produção, diferente do grande empresário rural que não mora na terra e apenas produz nela.

2 É o termo usado para indicar que deve-se olhar as diversas dimensões da vida ao pensar o projeto de vida: produção, lazer, saúde, educação, cultura, saneamento etc.

“caixinhas”, como acontece nas escolas tradicionais. A proposta é que seja elaborado um projeto de vida e de sociedade.

A partir da construção dos projetos de vida dos educandos e das educandas e do foco na agroecologia o curso firma uma concepção de campo como espaço de educação, de cultura, de saúde, de preservação dos recursos naturais, de lazer, de história, de conhecimentos e de produção. São novos significados para a vida no campo que podem oferecer aos jovens alternativas concretas de permanência nesse espaço.

O plano (matriz curricular) do curso está organizado em quatro áreas temáticas, desdobrados em unidades didáticas. Os conteúdos são trabalhados de forma integrada entre as áreas temáticas e de forma articulada com as atividades e práticas do tempo semi-presencial denominado de prática profissional. O método do curso considera as áreas temáticas como referências organizativas do conteúdo, mas o estudo é feito de forma integrada entre as quatro áreas: Área 1 – Produção Vegetal; Área 2 – Desenvolvimento Rural Sustentável; Área 3 – Produção Animal; 4 – Prática Profissional.

Um exemplo que pode ser dado é o do estudo dos fundamentos da agroecologia. Não são separados os estudos das áreas de produção animal e vegetal, nem deixam de estar articulados ao do desenvolvimento rural sustentável e integrados às práticas profissionais. Desta forma se trabalha a UPVF, as comunidades e entidades, bem como o desenvolvimento, a partir da visão de sistema, isto é, olhando todos os processos de forma integrada e que dependem um do outro.

Os conteúdos curriculares são estudados a partir de sua articulação com os espaços locais, regionais, estaduais, nacionais e mundiais, permitindo aos educandos e educandas situar-se criticamente frente a esses espaços, refletidos sempre a partir de sua realidade enquanto agricultores e agricultoras familiares.

A terceira turma é formada por 50 educandos e educandas que residem nas UPVFs. Um dos fatores a ser destacado nesta turma é a relação de gênero, ou seja, existe uma proporcionalidade mais significativa entre homens e mulheres. O curso abrange 25 municípios, a maioria da região sudoeste e alguns do oeste paranaense, oeste catarinense e região centro do Paraná. Todos os educandos e educandas foram indicados por entidades da agricultura familiar e camponesa. Além da indicação dos educandos e educandas, as entidades farão parte do colegiado do curso, responsável pelos encaminhamentos e definições políticas e pedagógicas e pelo acompanhamento da relação entre as entidades, os educandos e educandas e o curso.

As entidades da agricultura familiar apoiam o curso por representar uma alternativa

para a agricultura familiar e camponesa. Os cursos mantidos e oferecidos pelas escolas agrotécnicas e colégios agrícola não respondem às necessidades percebidas pela Agricultura Familiar e Camponesa. A formação convencional aborda o conhecimento de forma fragmentada e descolada da prática das UPVF e das entidades, não tencionam o Estado com um novo método de formação para o campo, partindo da realidade dos agricultores familiares e camponeses. O Curso Técnico em Agroecologia, por sua vez, busca o protagonismo dos povos do campo e a visão multidimensional do desenvolvimento, e objetiva servir de referência para que o Estado assuma uma nova maneira de promover a educação do campo.

A lógica da alternância vai além da dimensão da produção e das tecnologias nas UPVF's dos educandos e educandas, mesmo que se inicie por ela. Busca articular-se aos diferentes espaços organizativos, estabelecendo relações e complexificando-as à medida em que avança o processo teórico-metodológico do curso.

O processo organizativo dos educandos no tempo presencial tem como objetivo proporcionar espaços e tempos de organização e cooperação, tanto para o estudo como para o trabalho, desenvolvendo o espírito de iniciativa, o trabalho em grupos, a capacidade de lidar com os problemas de forma coletiva e solidária e de criar novas formas de organização.

Neste curso não usamos a lógica do tempo comunidade e tempo escola, mas de dois grandes tempos articulados a tempos menores: tempo presencial e tempo semi-presencial divididos em tempo aula, tempo seminário, tempo mística, tempo luta/mobilizações, tempo trabalho, tempo leitura, tempo lazer, tempo estudo e tempo oficina, respectivamente organizados em diferentes atividades para o tempo presencial e semi-presencial.

No tempo presencial, o tempo maior é o tempo aula; e no tempo semi presencial é o tempo trabalho, articulado ao acompanhamento para as UPVF's dos educandos e educandas como um lugar de experiência, onde desenvolvem maior parte do seu tempo trabalho. Esta lógica da alternância articula-se a uma proposta de desenvolvimento que considera as diferentes dimensões da vida, tão importantes quanto a produção. Por isso não se privilegia apenas o trabalho na UPVF ou as tecnologias nele empregadas como em outras propostas de educação do campo. O tempo semi-presencial, que originalmente é chamado tempo comunidade, é um tempo em que o estudante fica em seu local de vida e de trabalho, continuando seu aprendizado neste trabalho e na sua inserção nas organizações locais. É um tempo em que cada estudante, além de trabalhar

na UPVF, como já fazia antes de ingressar no curso, deve desenvolver, com base no que já estudou, uma atitude investigativa e reflexiva a partir da sua realidade, construindo-se como sujeito investigador, pesquisador, desenvolvendo a necessidade de estar permanentemente em formação. Este tempo é parte integrante do curso, planejado pelas coordenações e por educadoras e educadores.

O tempo presencial deve permitir, ainda, que os estudantes ocupem diferentes tarefas e posições na estrutura organizativa do curso, isso como forma de qualificação, e também em termos de diferentes níveis de responsabilidade no comando e na execução das tarefas. Neste processo incluímos os grupos de trabalho, as coordenações e a assembléia da turma como referência e forma organizativa dos estudantes³.

Este curso é oficialmente classificado como presencial, pois tem 60% do tempo presencial e 40% semi-presencial, ou seja uma carga horária de 1872 horas.

Entretanto, o curso tem como desafios fortalecer e reconhecer este método de educação e formação do campo; criar mecanismos de parcerias e convênios entre as instituições oficiais (universidades) e entidades sociais organizadas; de financiamento público permanente de tais projetos (bolsas de estudo, contratação de educadores...); que o Estado crie e execute políticas públicas realmente adequadas à realidade da agricultura familiar e camponesa; Um dos maiores desafios é conseguir implantar um processo de educação articulado com as organizações do campo, onde os cursos sejam pensados, discutidos, realizados pelas organizações em conjunto (também a gestão em conjunta) com as universidades ou outras instâncias certificadoras, também de re-estruturar os currículos (conteúdo e método) para que o educando olhe o mundo a partir de sua realidade, fazendo a relação entre prática e teoria. O método deve mediar as questões locais e as diretrizes das políticas públicas contando com mecanismos de avaliação e participação dos atores envolvidos. Este é um curso que esta sendo construído e a cada turma adaptamos a necessidade e realidade de vivência dos educandos e educandas.

3 Projeto Político Pedagógico, Curso Técnico em Agroecologia, 2009.